

Voto da bancada tucana foi determinante

BRASÍLIA

A ressalva de só tratar o menor de 18 anos como um criminoso comum se uma junta médica atestar que ele tem plena capacidade de entender o caráter ilícito do ato, inserida no texto por volta das 23h de quarta-feira, foi determinante para assegurar a vitória dos senadores favoráveis à redução da maioridade penal. A condicionante, conforme antecipou este jornal, foi uma proposta do presidente nacional do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE).

Até que a proposta foi colocada, o PSDB, dono de quatro cadeiras na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), estava inclinado a votar contra, o que, tendo em vista o placar final

apertado, teria garantido a vitória da ala contrária ao substitutivo do senador Demóstenes Torres (DEM-GO).

Com o voto da maioria dos tucanos — a exceção foi a líder da minoria Lúcia Vânia (GO), que acompanhou o voto em separado da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) — a redução da maioridade de 18 para 16 anos foi aprovada. “Realmente perderíamos se não fosse a condicionante. O PSDB votaria contra”, reconheceu Demóstenes Torres.

Durante o debate, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), disse que, embora a redução da maioridade não seja a única medida capaz de pôr fim à criminalidade no País, a

sociedade brasileira está madura para caminhar nessa direção. “Respeito quem defende a oportunidade para que os jovens possam se recuperar. Mas o João Hélio não teve a oportunidade de dar alegrias a sua família”, justificou Virgílio.

Tasso Jereissati também comemorou o resultado. Segundo o tucano, é importante que a Constituição contemple casos especiais, como o do assassinato do menino João Hélio, para que “monstros” não sejam tratados como crianças. “Aquilo foi um acontecimento monstruoso. O menor delinquente que comete esse tipo de atrocidade deve ser tratado de maneira diferente”.

(S.P.)